

O PROBLEMA DA LIBERDADE DA VONTADE

Esteves, J.¹, Pessanha, N.², Cezario, R.C.³

¹UENF/ Professor do Laboratório de Cognição e Linguagem, julioesteves@pq.cnpq.br

²UENF/ Laboratório de Cognição e Linguagem, nathaliabpessanha@hotmail.com

³UENF/ Laboratório de Cognição e Linguagem, raquelchaffin@yahoo.com.br

Resumo: O problema da liberdade assume uma importância que não se restringe apenas ao âmbito acadêmico. A própria vida humana é perpassada pela pressuposição de que somos livres. Na discussão desse tema, podemos encontrar compatibilistas e incompatibilistas, ou seja, aqueles que defendem que liberdade e determinismo são compatíveis e aqueles que acreditam na impossibilidade de compatibilizar ambos. É a pressuposição da liberdade que justifica, aos nossos olhos, as práticas sociais e intersubjetivas da imputação, responsabilização e mesmo punição dos agentes por suas ações, onde supomos que certas ocorrências dependeram da vontade de uma pessoa e que ela “teria podido fazer diferente”. Analisando a proposta feita pelo filósofo alemão Immanuel Kant, no sentido de pensar a possibilidade da liberdade da vontade frente ao determinismo causal, procuramos demonstrar que Kant não busca conciliar esses dois tipos de causalidade. Em lugar de uma impossível reconciliação de princípios que se contradizem entre si, pretendemos mostrar que, ao sustentar a validade de ambos, o próprio Kant não incorre numa auto-contradição.

Palavras-chave: Liberdade, (in)compatibilismo, imputabilidade e Kant.

Área do Conhecimento: Sociologia

Introdução

O problema da liberdade assume uma importância que não se restringe apenas ao âmbito acadêmico. A própria vida humana é perpassada pela pressuposição de que somos livres. É essa pressuposição da liberdade que justifica as práticas sociais e intersubjetivas da imputação, responsabilização e punição dos agentes por suas ações. A imputabilidade implica que certas ocorrências dependeram da vontade de uma pessoa e que ela **teria podido fazer diferente**. Esta última frase supõe que alguém teria podido e devia ter escolhido diferente do que escolheu, tendo *dever* o sentido de uma escolha refletida, fundamentada em razões.

Liberdade é um conceito relacional, é sempre *liberdade de*. Assim, ela pode ser

compreendida como liberdade **externa** e liberdade **interna**. O problema da liberdade da vontade consiste na pergunta pela possibilidade de encontrar um espaço para atribuir a nós a liberdade interna, uma vez que parece estabelecido que tudo o que ocorre está determinado por causas naturais antecedentes. Já em Platão, mais exatamente no mito de Er, encontramos uma das primeiras tentativas de encontrar um espaço para a liberdade no interior do universo dominado pela necessidade.

Metodologia

A metodologia que vem sendo adotada é aquela unicamente adequada para uma reflexão de caráter filosófico, a saber, a leitura e discussão crítica dos textos relevantes para o desenvolvimento do estudo do problema da

liberdade da vontade. Apesar de nosso referencial teórico principal estar nas obras de Kant, começamos a ler também autores contemporâneos que tratam da questão da liberdade da vontade.

O primeiro dos autores lidos foi o filósofo inglês Sir Peter Frederick Strawson, que objetiva mostrar que a tese do determinismo universal não é incompatível com a atribuição de liberdade e responsabilidade. Para Strawson, o que ele chama de **otimistas** (compatibilistas) costumam sustentar que os fatos não mostram a falsidade do determinismo, o que não impede a atribuição da liberdade; pelo contrário, o determinismo causal é o que faria com que essas práticas de imputabilidade sejam eficazes no controle do comportamento de um modo socialmente desejável. Já os **pessimistas** (incompatibilistas) sustentam que essas práticas reativas consistem em algo mais do que num sistema de controle e manipulação social. Assim sendo, Strawson pretende dar uma resposta que agrade a ambos.

Outro autor lido foi Harry Frankfurt, que nos apresenta o problema que envolve a atribuição da exterioridade (em relação aos movimentos corporais) e o problema em relação aos fenômenos psíquicos referentes à natureza da identificação (no aspecto que tange principalmente às paixões). Segundo Frankfurt, haveria atividade quando o movimento realizado for fruto de nossa vontade, enquanto a passividade corresponderia aos movimentos realizados por causas não referentes à nossa vontade. Em se tratando das paixões, uma paixão é nossa quando a queremos sentir e as paixões que desaprovamos não são estritamente nossas.

Lemos também alguns textos de autoria do orientador (ESTEVES, J.), que abordavam a inevitável antinomia entre Liberdade e Natureza. De acordo com o autor, do ponto de vista subjetivo, nossas ações são consideradas, pelo menos em alguma medida,

como dependendo de nós, podendo ser imputadas justificadamente. Do ponto de vista objetivo, nossas ações são consideradas como outros eventos quaisquer e como completamente determinadas por condições causais antecedentes. Kant também reconhece que esses dois pontos de vista são insuperavelmente incompatíveis e que estão em oposição contraditória entre si. Contudo, Kant afirma que se podem aduzir razões em prol de ambos os pontos de vista. Assim, de um lado, ele admite que o ponto de vista subjetivo tem razão ao erguer a pretensão de que certos eventos dependem exclusivamente da causalidade da razão e, de outro lado, que o ponto de vista objetivo tem razão em encarar tudo segundo a causalidade natural. Kant não pretende mostrar que natureza e liberdade não são contraditórias entre si; ele quer antes mostrar que não é auto-contraditório reconhecer que princípios que estão em oposição contraditória são igualmente justificados.

Resultados

Propomo-nos evidenciar que Kant não pretende mostrar que natureza e liberdade são compatíveis. Entretanto, em lugar de uma impossível reconciliação de princípios que se contradizem entre si, buscamos mostrar que, ao sustentar a validade de ambos, Kant não incorre numa auto-contradição. Unindo este fato ao que temos lido até aqui (autores que também lidam com o problema da liberdade da vontade), estamos formando uma base teórica para podermos contrapor-la à tese de Kant.

Discussão

Com os resultados obtidos, observa-se que, do ponto de vista subjetivo, nossas ações são consideradas, pelo menos em alguma medida, como dependendo de nós e como podendo ser

imputadas justificadamente. Do ponto de vista objetivo, nossas ações são consideradas como outros eventos quaisquer e como completamente determinadas por condições causais antecedentes. Kant, como foi visto, reconhece que esses dois pontos de vista são insuperavelmente incompatíveis e que estão em oposição contraditória entre si, admitindo que, de um lado, o ponto de vista subjetivo tem razão ao erguer uma pretensão de que certos eventos no mundo fenomenal dependem exclusivamente da causalidade da razão e, de outro lado, que o ponto de vista objetivo tem razão em encarar tudo segundo a causalidade natural. Kant quer antes mostrar que não é auto-contraditório reconhecer que princípios que estão em oposição contraditória são igualmente justificados, e ele pode dar igualmente razão ao ponto de vista subjetivo e objetivo, porque ambos não passam justamente de pontos de vista que podemos assumir diante de nossas ações.

Conclusão

Em suma, a análise está centrada em torno da tentativa de dar conta da expressão: “Ele(a) teria podido fazer diferente (do que de fato fez)”, em que se resume o problema da liberdade da vontade. Esta fórmula geral encontra aplicação em três domínios distintos da *práxis*: no domínio da moralidade, no do direito penal e no da mera reflexão prática.

No âmbito dessa discussão, podemos encontrar compatibilistas e incompatibilistas, ou seja, aqueles que defendem que liberdade e determinismo são compatíveis e aqueles que acreditam na impossibilidade de compatibilizar ambos.

Os autores nos mostram que o problema da liberdade da vontade é um assunto amplo e que merece cada vez mais estudos, pois essa questão está presente em todos os âmbitos da vida humana. Vivemos num mundo que acredita ser livre, e, cada vez mais,

encontramos “determinismos” para nossa vida, cientificamente e até mesmo socialmente ou moralmente.

Referências

- ESTEVES, J. “Kant tinha de compatibilizar Natureza e Liberdade no interior da Filosofia crítica?”. In *Studia Kantiana. Revista da Sociedade Kant Brasileira*, vol. 2 – nº 1, Setembro de 2000 – ISSN 1518-405X – p. 53-60.
- ESTEVES, J. “Sobre a inevitável antinomia entre liberdade e natureza”. BORGES, M.D.L. e HECK, J. (ORG). In *Kant – Liberdade e Natureza*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p. 159-174.
- ESTEVES, J. “Crítica à concepção tugendhatiana da liberdade da vontade”. *Ethica*, v. 6, n. 2, pp. 112-129, 1999.
- FRANKFURT, H. *Identificação e Exterioridade*. In _____. *Revista Índice*, vol. 1, n. 1, 2009/2.
- PLATÃO. *A República*, Maria Helena da Rocha Pereira (trad.). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª Edição, 1972.
- STRAWSON, P. F. “Freedom and Resentment”, In *Freedom and Resentment and other Essays*, London, 1974, pp. 1-25